

17 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO
**Dilma atuou
para tentar
evitar a
prisão de Lula,
indica
gravação da PF**

**CONVERSA OCORRE APÓS CONFIRMAÇÃO DO PETISTA COMO
MINISTRO E SUGERE TENTATIVA DE OBSTRUÇÃO DA JUSTIÇA
MANIFESTANTES SAEM ÀS RUAS -
E FAZEM PANELAÇO PELA RENÚNCIA**

Em telefonema grampeado nesta quarta (16) pela Polícia Federal, a presidente Dilma Rousseff diz a Luiz Inácio Lula da Silva que irá lhe enviar seu termo de posse como ministro da Casa Civil "para qualquer necessidade", o que sugere um artifício para evitar que o antecessor fosse preso ou interpelado pela força-tarefa da primeira instância da Operação Lava Jato.

Com o documento, Lula poderia alegar foro privilegiado caso alguma autoridade sob a jurisdição de Sergio Moro o procurasse antes da posse, que ocorreria apenas na terça-feira (22), segundo a previsão do Planalto. Ministro, Lula só pode ser investigado sob ordens do Supremo Tribunal Federal.

Às 16h19, o juiz Moro liberou o sigilo do inquérito, o que ele não poderia fazer se Lula tivesse foro. Os áudios então se tornaram públicos, demorando duas horas para transparecer na imprensa. Neste período, Dilma decidiu publicar a nomeação de Lula em uma edição extra do "Diário Oficial da União".

A versão do Planalto para o episódio é que Dilma apenas havia enviado o termo para Lula assinar, porque ele teria problemas para comparecer à sua posse. Agora o Planalto afirma que a cerimônia seria nesta quinta (17).

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

17 MAR 2016

Em outros áudios, fica clara a intenção de Lula de tentar influenciar autoridades, por meio de prepostos, em seu favor em procedimentos relativos à Lava Jato. Ele cita o ministro nomeado da Justiça, Eugênio Aragão, que deveria ter o “pulso” tomado. Afirma que todo o Supremo Tribunal Federal está “acovardado” e menciona a ministra Rosa Weber, do Supremo, como alguém que poderia ajudá-lo.

Horas antes, Dilma havia defendido a presença de Lula no governo e rechaçado veementemente estar preocupada com a questão do foro. Refutou a ideia de que vá se tornar uma espécie de “rainha da Inglaterra” com a presença do poderoso padrinho no comando das ações de governo.

A recondução de Lula ao governo gerou reações que pegaram o governo de surpresa, pois ultrapassaram a esfera da oposição e de aliados do vice Michel Temer (PMDB), herdeiro constitucional da Presidência em caso de impeachment.

Ao fim do expediente, as discussões ásperas das redes sociais se materializaram em um grande protesto com tumulto na frente do Planalto. Mais de 10 mil pessoas compareceram, segundo a polícia, e militares fecharam as entradas da sede do Executivo. Servidores desceram a pé a Esplanada dos Ministérios rumo ao Palácio. Na Câmara dos Deputados, parlamentares fizeram coro pela renúncia da petista.

Houve buzinações na capital. A presidente deixou o local e foi para o Palácio da Alvorada (residência oficial), que foi bloqueado para evitar manifestantes. Ato anti-Dilma foram registrados também em SP, com paneleiros e gritos pela renúncia.

Ao fim de um dos mais graves dias da crise político-econômica que engolfou o país, Dilma promoveu reunião de emergência com ministros para avaliar a crise. No Supremo, foi ratificado o rito que o tribunal aprovou para o impeachment, possibilitando o começo do processo na Câmara. O presidente da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pretende instalar a comissão já nesta quinta-feira (17).

HORA A HORA

O dia de Lula, da nomeação ao grampo

9h

Lula e presidente Dilma se reúnem em café da manhã no Palácio do Alvorada

11h20

É confirmada nomeação do ex-presidente como ministro da Casa Civil

16h20

Em entrevista no Planalto, Dilma diz que Lula terá “os poderes necessários” para ajudar governo e que relação entre os dois é “sólida”, não de “poder ou superpoder”

17h

Grupos protestam em Brasília e em São Paulo

18h40

Conversa telefônica mostra Dilma dizendo a Lula que ele poderá usar o termo de posse de ministro “em caso de necessidade”

19h

Sai nomeação de Lula a Casa Civil em edição extra do Diário Oficial da União

19h12

Deputados pedem em coro renúncia de Dilma e prisão de Lula; sessão é encerrada

19h30

Crescem atos contra Lula e Dilma pelo Brasil, com buzinações e paneleiros

20h09

Lula deixa sede de Instituto Lula, em São Paulo, e é hostilizado por manifestantes

17 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

STF, STJ e Congresso estão acovardados, diz Lula em grampo

Petista diz ainda que Renan e Cunha estão 'fodidos' e faz críticas à atuação do juiz Sergio Moro, de Curitiba

Ex-presidente cita ainda a ministra do STF Rosa Weber, que trata de pedido feito pela defesa de Lula

FLÁVIO FERREIRA
DE SÃO PAULO

O ex-presidente Lula disse que as cúpulas dos poderes Judiciário e Legislativo estão "acovardadas" e atacou o que chama de "República de Curitiba" ao criticar a operação Lava Jato em conversa com a presidente da República Dilma Rousseff grameada pela Polícia Federal.

Logo após prestar depoimento à PF na 24ª fase da operação Lava Jato, deflagrada no último dia 4, Lula recebeu ligação de Dilma.

Em seguida, Lula atacou a postura dos tribunais superiores e dos congressistas em relação à Lava Jato.

"Nós temos uma Suprema Corte totalmente acovardada, temos um Superior Tribunal de Justiça totalmente acovardado, um parlamento totalmente acovardado. Somente nos últimos tempos é que o PT e o PC do B começaram a acordar e brigar", afirmou o petista.

"Nós temos um presidente da Câmara fodido, um presidente do Senado fodido, não sei quantos parlamentares ameaçados. E fica todo mundo no compasso de que vai

acontecer um milagre e vai todo mundo se salvar", afirmou Lula.

Lula criticou o juiz federal Sergio Moro, da 13ª Vara Federal em Curitiba. "Estou sinceramente assustado com a República de Curitiba. Porque a partir de um juiz da primeira instância tudo pode acontecer nesse país. Tudo pode acontecer."

Ele voltou a reclamar da ação da PF autorizada pelo juiz. "Se os canalhas tivessem mandado um ofício, eu teria ido prestar depoimento, como já fui três vezes à Brasília prestar depoimento", afirma.

"O Moro quis fazer um espetáculo antes da decisão daquele negócio que está no Supremo para decidir. Ele precisava fazer um espetáculo de pirotecnia", continuou o petista na conversa.

Nesse trecho, Lula fez alusão a um pedido da defesa de Lula no STF (Supremo Tribunal Federal) para que todas as investigações sobre o sítio em Atibaia (SP) e o triplex em Guarujá (SP) fossem reunidas em um só inquérito, que estava sob responsabilidade da ministra do STF Rosa Weber.

MINISTRA

No final da ligação, Lula indicou querer uma atuação de Dilma e do então ministro chefe da Casa Civil Jaques Wagner junto a Rosa Weber no momento em que a magistrada estava para decidir sobre o curso das investigações contra o ex-presidente.

Depois de conversar com Dilma, o ex-presidente passou a falar com Wagner e afirmou: "Eu queria que você visse agora, falar com ela já que ela está aí, falar com ela o negócio da Rosa Weber. Está na mão dela para decidir. Se homem não tem saco, quem sabe uma mulher corajosa possa fazer o que os homens não fizeram".

17 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Juristas citam obstrução de investigação; outros pedem cautela

Juristas ouvidos pela **Folha** divergem sobre os efeitos jurídicos da gravação que mostra a presidente Dilma Rousseff falando da entrega do termo de posse de ministro ao ex-presidente Lula.

Parte deles considera haver elementos que já configuram a tentativa de obstrução da Justiça por Dilma e Lula. Outros pregam cautela.

O ex-ministro do Supremo Carlos Velloso afirmou que a conversa telefônica deve ser analisada "com vagar pelo Ministério Público".

Mas, para Velloso, há indícios de que "há uma obstrução em curso". "Por que um termo de posse seria assinado sem a presença do empossado? Está me parecendo muito irregular", disse.

Os investigadores da Lava Jato interpretaram o diálogo como uma tentativa de Dilma de evitar eventual prisão de Lula. Se houvesse um mandado do juiz, de acordo com essa interpretação, o ex-presidente apresentaria o termo de posse como ministro e, em tese, ficaria livre da prisão.

O professor de direito da FGV Rio Joaquim Falcão afirma que "não existe mais a presunção de inocência a favor de Dilma".

"A presunção de inocência era a favor de Dilma, ela não teria até então cometido nenhum ato que justificasse o impeachment. Agora, não existe mais. Existem indícios que derrubam essa presunção de inocência. Encontraram o fato", disse Falcão.

"O ato dela vai ser classificado, interpretado, e tem dois dispositivos: primeiro, obstrução de Justiça, depois, falta de decoro."

"Agora é com o Congresso", afirmou Falcão, em referência ao julgamento do processo de impeachment.

O jurista Gilson Langaro Dipp não quis se manifestar sobre a gravação especificamente. Ele afirmou, contudo, que "em tese, a interceptação telefônica é obtenção de prova através de um meio altamente invasivo", e enxerga a divulgação da gravação como "preocupante". "Deve ser usada com a cautela devida."

OBSTRUÇÃO

O jurista Ives Gandra Martins também classificou a ação da presidente Dilma como "obstrução de Justiça".

"É um desvio de finalidade fundamental, mostra que você administra o serviço público para os amigos. É crime de improbidade administrativa, pois ela está dando o cargo [de ministro a Lula] para beneficiar o governo", disse.

Como ministro, Lula teria foro privilegiado, e só poderia ser julgado pelo STF. "No Supremo tudo anda mais lentamente, são 11 ministros. Ela está dando uma proteção maior", completa Gandra.

O presidente da Associação dos Advogados de São Paulo, Marcio Kayatt, considera que a gravação, assim como a delação do senador Delcídio do Amaral, divulgada nesta terça (15), é "mais um elemento para reforçar o pedido de impeachment".

"É plenamente viável o aproveitamento desses fatos novos para a conclusão do julgamento do impeachment pela Câmara", afirmou.

CONSTITUIÇÃO

Ricardo Glasenapp, professor de direito constitucional, afirmou que Dilma "cometeu crime de responsabilidade duas vezes". Segundo ele, a presidente infringiu dois incisos do artigo 85 da Constituição, que classificam como

crime de responsabilidade atos da presidente da República contra o livre exercício do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Ministério Público e dos Poderes constitucionais das unidades da Federação; e a probidade na administração.

"Quando a presidente nomeia Lula no momento em que ele pode se tornar réu em um processo, ela está cometendo crime de improbidade administrativa", disse.

O jurista Celso Antônio Bandeira de Melo afirmou que "o maior inimigo do povo é a imprensa golpista. São eles que estão preparando o golpe militar. A **Folha** se faz de boazinha. Não merece que a gente a leia. [A mídia] Nos intoxica diariamente".

(THAIS ARBEX, GUILHERME MAGALHÃES E FERNANDO CANZIAN)

17 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

É o fim

Associando-se em manobra cínica para fugir do alcance da lei, Dilma e Lula dão novos motivos para a oposição pedir impeachment

A nomeação do ex-presidente Lula (PT) para o cargo de ministro-chefe da Casa Civil poderia expressar o estado de desespero terminal em que se encontra um governo com índices baixíssimos de popularidade e com escassa sustentação para evitar o próprio impeachment no Congresso.

Há mais, entretanto. Logo após sacramentada a inclusão de Lula no ministério, divulgou-se a gravação de uma conversa entre este e Dilma Rousseff (PT), na qual se escutam claras indicações de que não se resumiam a raciocínios políticos os objetivos da nomeação.

Confirma-se aquilo que os mais exacerbados adversários do governo foram rápidos em considerar como essencial na manobra.

Na iminência de ter decretada sua prisão por Sergio Moro, juiz federal que trata das decisões em primeira instância da Operação Lava Jato, o líder máximo petista queria se blindar, posicionando-se num cargo com foro privilegiado.

Pelo telefone, Dilma assegurava a Lula que seu termo de posse no ministério estava pronto; seria enviado para "caso de necessidade".

Como entender tal conversa se não como um verdadeiro acerto entre elementos interessados em fugir ao alcance da lei?

Será a palavra "cumplicidade" forte demais para aplicar a uma presidente da República e a um ex-presidente que se afobam em arran-

jar artifício desesperado para manter a corrupção impune, a Justiça paralisada e o privilégio intacto?

A dupla superou, com certeza, tudo o que já se tinha visto no PT e arredores em matéria de cinismo, de imprudência e provocação.

Cinismo, porque poucas horas antes a presidente concedera entrevista refutando a tese de que Lula estava sendo nomeado apenas para escapar da polícia. Tratar-se-ia, na verdade, de obter novas energias políticas no enfrentamento da crise.

Mas não: o argumento elaborado vinha, ao que tudo indica, apenas disfarçar o que merece ser chamado de esforço de atrapalhar o livre funcionamento do Judiciário.

Imprudência, portanto: às voltas com iminente pedido de impeachment, a presidente dá novos e escandalosos fundamentos a uma possível ação contra seu mandato.

Provocação, acima de tudo. Dias depois de um protesto com dimensões jamais registradas na história do país, Dilma e Lula se associam para acender, de forma provavelmente irreversível, uma indignação popular ainda mais intensa.

Mal anunciada a manobra, iniciou-se uma manifestação espontânea em frente ao Palácio do Planalto. A afluência popular repetiu-se em São Paulo e só fez crescer quando se teve notícia das gravações comprometedoras. No Congresso, a palavra "renúncia" é pronunciada aos brados pela oposição.

Já se dizia que, com a nomeação de Lula, o governo Dilma Rousseff chegava ao fim. Talvez a frase deva ser encarada, a partir dos próximos dias, de forma mais literal do que se pensava.

FOLHA DE S. PAULO

ROGÉRIO GENTILE

Tapa na cara

17 MAR 2016

SÃO PAULO - Ao nomear Lula para o ministério, Dilma Rousseff não apenas renunciou na prática ao cargo para o qual foi eleita, reconhecendo sua incapacidade para governar e sua pequenez na história do país, como também agrediu a sociedade com um tapa na cara.

No domingo, houve a maior manifestação já medida por um instituto de pesquisa no Brasil. Apenas na cidade de São Paulo, em apoio às investigações da Operação Lava Jato e ao juiz Sergio Moro, 500 mil pessoas ocuparam a avenida Paulista formando um impressionante corredor verde-amarelo.

Dilma, no entanto, em ostensivo desdém aos protestos de 13 de março, entregou o governo ao mais notório investigado, sobre o qual paira um pedido de prisão ainda não julgado. Nomeou para a Casa Civil aquele que, com razão ou não, é identificado pelas ruas como o principal responsável pelo escândalo que hoje tumultua e espanta o país. Mais da metade dos brasileiros, vale lembrar, segundo o último Datafolha, considera que o ex-presidente beneficiou construtoras (58%) e foi beneficiado por elas (62%).

A nomeação de Lula para o governo é também um ato de escárnio para com o Judiciário brasileiro. As constrangedoras gravações reveladas na noite de ontem confirmam isso. Com a presidente na corda bamba do impeachment, uma crise econômica angustiante e um escândalo que traz revelações escabrosas quase que diariamente, o petista não ganha nada ao entrar no ministério, a não ser justamente o tal foro privilegiado que tirou o juiz Moro do seu caminho. Dilma fez pelo antecessor o que nenhum advogado conseguiu.

O recado subliminar dessa manobra, dessa chicana processual com o timbre de uma mandatária menor, é o de que Lula considera que o Supremo Tribunal Federal, a quem cabe analisar o seu caso a partir de agora, deverá ser mais benevolente e flexível com seus atos. Será mesmo essa a postura da principal Corte do país?

STF mantém rito do impeachment e derrota Câmara

Por 9 votos a 2, corte rejeita recurso patrocinado por Eduardo Cunha e garante maior poder ao Senado

Gilmar Mendes usou plenário para disparar contra o governo, com críticas à nomeação de Lula para a Casa Civil

DE BRASÍLIA

Impondo nova derrota à Câmara, o STF (Supremo Tribunal Federal) manteve nesta quarta (16) o rito definido pelo tribunal para o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff no Congresso.

Com a decisão, o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), marcou a retomada da tramitação do processo para esta quinta (17).

Por 9 votos a 2, os ministros rejeitaram o recurso apresentado pela Mesa Diretora da Câmara, presidida por Cunha, pedindo a revisão de pontos centrais das regras.

Ficou definido que as votações do impeachment terão que ser abertas; que os líderes da Câmara serão os responsáveis por definir integrantes da comissão que vai analisar o pedido; e que senadores terão mais poder do que deputados sobre a abertura do processo.

Votaram para manter o rito os ministros Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Edson Fachin, Teori Zavascki, Luiz Fux, Cármen Lúcia, Marco Aurélio, Celso de Mello e Ricardo Lewandowski.

Barroso, relator do processo, negou interferência do Supremo no Legislativo. O ministro disse que a Câmara não pode buscar reverter uma decisão por não concordar com o

resultado. “Todos os pontos questionados foram enfrentados pelo tribunal de forma clara, coerente e fundamentada.”

O ministro ainda esclareceu que as regras valem apenas para o impeachment e não para outras comissões, como alegou Cunha para paralisar a instalação de outros colegiados da Casa.

Para Teori, a Câmara tentou fazer o Supremo julgar novamente as regras. “Essa decisão agradou muita gente e desagradou outros. Esse fenômeno era até esperado e natural diante da importância e das consequências desse julgamento”, disse.

Luiz Fux reforçou que as regras estavam sacramentadas. “Bem ou mal, o Supremo chegou a termo sobre qual rito a ser aplicado no impeachment. O que a Corte fez foi manter a integridade e a inteireza da sua jurisprudência.”

RETALHOS E BARBÁRIE

Os ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes, que foram votos derrotados, fizeram novas críticas ao entendimento estabelecido pelo Supremo.

Para Toffoli, é uma contradição o Supremo não permitir a chapa avulsa. “Onde na Constituição está escrito que os membros da comissão são escolhidos pelos líderes? Isso quem votou a favor não me mostrou”, disparou.

Mendes foi além. Chamou a decisão do Supremo de “colcha de retalhos” e disse que ela representou um “balão de oxigênio” para Dilma.

O ministro afirmou que, desde o julgamento do rito do

processo, a crise política se agravou e que a petista buscou um tutor ao indicar o ex-presidente Lula para a Casa Civil, mesmo com “problemas criminais muito sérios”.

“Não se salva quem não merece ser salva”, disse.

O ministro ainda classificou de barbárie e bizarrice a nomeação de Lula. “Ele vem para fugir também da investigação que se faz em Curitiba [na Lava Jato], deixando esse tribunal muito mal no contexto geral. É preciso muita desfaçatez para obrar dessa forma com as instituições”, disse.

“É preciso ter perdido aquele limite que distingue civilização de barbárie. É atitude de barbárie o que se está fazendo com as instituições”, atacou o ministro.

“Estamos diante talvez de um dos quadros mais caricatos que a nacionalidade enfrentou. Como último lance, busca-se o ex-presidente em São Bernardo para assumir a chefia da Casa Civil a pretexto de dar sobrevida ao governo e de lhe dar algum conforto no foro privilegiado, causando a esta Corte um grande desconforto. É quase uma acusação de que esta Corte será complacente, compreensiva com os maus feitos.”

As colocações dos colegas irritaram Barroso. O ministro disse que tem “postura e linguagem” de juiz de uma corte constitucional e que não iria rebater grosserias.

Em indireta ao colega Gilmar Mendes, Barroso afirmou: “não sou comentarista político”. (MÁRCIO FALCÃO E AGUIRRE TALENTO)

17 MAR 2016

FOLHA DE S. PAULO

Ex-ministro do STF fala sobre democracia em evento em SP

DE SÃO PAULO - O ex-ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Carlos Ayres Britto fará palestra em São Paulo nesta quinta-feira (17), às 18h, no Insper (r. Quatã, 300, Vila Olímpia, tel. 11- 4504-2400).

Ayres Britto deve abordar temas como a liberdade de imprensa, a democracia no Brasil e as instituições nacionais.

O evento inaugurará a programação da Cátedra Insper e Palavra Aberta.

As inscrições estão abertas e podem ser feitas no site www.palavraaberta.org.br, onde também estão disponíveis mais informações.

PAINEL

Aos 47 Segundo investigadores, Moro aguardava a nomeação de Lula para dar publicidade aos documentos. Já havia autorizado, na tarde de quarta, a divulgação quando o alertaram: o celular grampeado acabara de receber uma ligação. Era do Planalto.

Vale este Até então o diálogo que compromete Dilma não constava dos grampos. O juiz autorizou que a documentação fosse atualizada. A conversa na qual a presidente diz a Lula que ele receberá o termo de posse, assim, passou a constar nos autos.

O Brasil reage

“Quando um pobre rouba, vai para a cadeia; quando um rico rouba, vira ministro.” A frase dita em 1988 por Lula demonstrou sua atualidade

de maneira sinistra: com a nomeação do próprio Lula para a Casa Civil, após dias de negociações. Acuado pela Operação Lava Jato, citado mais de uma centena de vezes na delação premiada — e homologada — do senador Delcídio do Amaral, investigado pela fraude da Bancoop, com um pedido de prisão preventiva a ser analisado, Lula se refugiou na Esplanada dos Ministérios, onde espera ser recompensado com o foro privilegiado e, assim, escapar — ao menos por enquanto — da Justiça. Mas o dia que começou com luto no Brasil e festa no Planalto terminaria de forma bem diferente.

O país sabia que levar Lula para o ministério era um escárnio, uma irresponsabilidade, talvez o mais deprimente episódio da vida política nacional nos últimos anos — anos esses que foram pródigos em escândalos. Dilma não teve a menor vergonha de colocar fogo no país com sua decisão e, ainda por cima, chegou ao cúmulo de defender a honradez do ex-presidente em entrevista coletiva. A verdade é que já não era Lula que assumia uma função no gabinete de Dilma

— era Dilma que se rebaixava a servil do ex-presidente e, na prática, primeiro-ministro, numa troca que o filósofo Roberto Romano chamou de “golpe”. Pois Lula exigiu não apenas uma reforma ministerial, mas uma mudança na política econômica. E, a julgar por tudo o que Lula vinha pedindo enquanto estava fora do governo, sua proposta para reerguer o país é uma guinada à esquerda e a intensificação da “nova matriz econômica” que levou o país à atual crise.

A oposição foi imediatamente à Justiça questionar a nomeação de Lula, alegando desvio de finalidade. De fato: segundo a Lei 4.717/1965, “o desvio de finalidade se verifica quando

o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explicita ou implicitamente, na regra de competência”. E não há nenhuma dúvida de que nomear alguém para uma posição que garanta foro privilegiado com o objetivo de blindar o nomeado é caso claro de desvio de finalidade, possibilitando à Justiça declarar a nulidade desse ato administrativo.

Assim que a imprensa divulgou essa possibilidade, lideranças petistas passaram a justificar a nomeação com base nas qualidades de Lula como articulador político. Mas a realidade é que as negociações mais recentes foram motivadas pela condução coercitiva do dia 4, quando Lula foi obrigado a prestar depoimento na 24.^a fase da Lava Jato. Jornalistas com acesso aos bastidores do petismo — e inclusive alinhados com o partido — já mostraram que o foro privilegiado era a verdadeira razão pela qual tantos petistas insistiam com Lula para que aceitasse um ministério. E, se ainda havia alguma dúvida disso, no fim da tarde caiu a bomba sobre o Planalto com a divulgação de uma ligação telefônica entre Dilma e Lula, gravada pela Polícia Federal por volta das 13h30 desta mesma quarta-feira.

De manhã, Lula parecia ter assegurada até a pacificação no Congresso.

CONTINUA

17 MAR 2016

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Se por um lado a oposição poderia até ganhar motivos para um novo pedido de impeachment contra Dilma, pois entre os crimes de responsabilidade previstos pela legislação estão tanto obstruir o funcionamento da Justiça (artigo 6.º, 5, da Lei 1.079/1950) quanto a improbidade administrativa (artigo 85, V, da Constituição e artigo 9.º da Lei 1.079/1950), ou pelo menos dar impulso político ao processo que já corre por causa das “pedaladas fiscais”, por outro lado o presidente do Senado — onde o impeachment se decidirá —, Renan Calheiros, já havia estendido a mão ao novo superministro. Mas o coro dos deputados após a divulgação da gravação, pedindo “Renuncia!” no plenário da Câmara, referindo-se a Dilma, também mostra que algo mudou.

Se do Executivo federal não se pode esperar o mínimo de moralidade, que sejam o Legislativo e o Judiciário a fazer seu papel. A sociedade se mantém atenta e ainda na quarta-feira foi às ruas, especialmente diante do Palácio do Planalto. É preciso demonstrar o descontentamento de maneira firme, mas dentro dos marcos legais. O país não pode engolir tamanho disparate como se fosse apenas mais uma manobra corriqueira. A nação teve motivos para luto ontem, mas não foi um luto resignado. O Brasil ainda pode impedir a vitória dos que colocaram um país inteiro a serviço de seu projeto de poder.

RODRIGO CONSTANTINO

A alma mais covarde do país

Para fugir do juiz Sergio Moro e ganhar foro privilegiado, o ex-presidente Lula aceitou ser o novo ministro da Casa Civil. Ao menos de uma “casa” ele quer ser dono oficialmente, já que possui cobertura e sítio luxuoso em nome de laranjas. Trata-se de decisão desesperada, de um covarde que se julga a “alma mais honesta do país”, mas não passa de um chefe de organização criminosa, como ficou claro com a Operação Lava Jato.

Lula estava certo na década de 1980, quando disse que ladrão pobre ia para a cadeia, enquanto ladrão rico virava ministro. Acabou comprovando sua tese em ato de total escárnio para com o país. Poucos dias depois de vários milhões de patriotas terem lotado inúmeras ruas do Brasil para pedir o impeachment de Dilma e a prisão de Lula, oferecendo total apoio a Moro, o PT resolve desafiar a nação e partir para o tudo ou nada, dobrando a aposta de que seremos uma Venezuela.

A sorte está lançada. O PT não passa de uma quadrilha disfarçada de partido, e isso ficou bem claro com a delação premiada de Delcídio do Amaral, ele que era nada menos que chefe do governo no Senado. O áudio por ele gravado revela um ministro Mercadante, braço-direito de Dilma, tentando comprar seu silêncio e obstruir a Justiça, citando inclusive ministro do STF mancomunado com o esquema.

É tudo muito podre, assustador. Jamais o Brasil se viu refém de uma máfia tão escancarada. Nossa República inacabada foi para o saco de vez. Temos uma situação esdrúxula, bizarra, com uma presidente acuada e detestada pelo povo, que resolveu fazer uma renúncia branca e passar o comando para seu mentor, investigado pela Justiça e que teve prisão preventiva pedida pelo Ministério Público de São Paulo.

Uma esculhambação total, digna de ditadores tupiniquins. Foi o próprio Lula quem disse que alguém começa a ter características de ditador quando se sente superior aos demais, acima das leis, das instituições, das organizações da sociedade civil. Sua decisão covarde foi típica de um tiranete. Lula tenta ser o Nicolás Maduro brasileiro, confundindo o Brasil com a Venezuela. Vai quebrar a cara.

O aparelhamento de nossas instituições pelo PT foi enorme, inclusive no STF, mas não foi total como no país vizinho. Nossa imprensa ainda não está completamente curvada diante do poder, e nossas Forças Armadas tampouco. O PT brinca com fogo. A jararaca venenosa não liga para o sofrimento do povo brasileiro, mas muita gente liga e está disposta a lutar para impedir destino tão trágico em nosso país.

A próxima grande manifestação não pode ser em clima de micareta, e sim de marcha fúnebre. E não pode ser de um dia. É preciso ocupar as ruas e delas não sair, até que essa gangue caia. Brasília deve ser ocupada pela população brasileira. O país nunca passou por um teste tão determinante de vida ou morte. Já sabemos que os petistas estão dispostos a fazer o diabo mesmo para ficar no poder. Não podemos deixar.

É hora de parar o Brasil. Sim, uma greve geral, uma paralisação nas ruas. O PT declarou guerra aos brasileiros de bem, honestos, decentes, patriotas. Faz de tudo para impedir o funcionamento das instituições republicanas e da nossa Justiça. Lula pensa que é o dono do Brasil. Não é e nunca foi. É apenas a alma mais covarde deste país, fazendo de tudo para não ser preso, disposto a destruir nossa democracia e ferrar ainda mais com a vida de milhões de pessoas para tanto.

O PT é o câncer da política nacional. Precisamos vencê-lo custe o que custar. Agora é o momento da verdade: ou sairemos fortalecidos disso tudo, ou vamos virar uma Venezuela de vez.

Rodrigo Constantino, economista e jornalista, é presidente do Conselho do Instituto Liberal.

GAZETA DO POVO

Luiz A. Eva

A navalha de Moro

Disse o juiz Sérgio Moro, recentemente, que entre o moralmente certo e o errado não há meio termo, assim como não há mulher semigrávida. Este é um tema ético difícil. O juiz talvez tenha razão, mas felizmente ele não está decidindo o futuro da humanidade, pois seria o caso de se perguntar se uma Lava Jato moral nos pouparia. De fato, creio estar cercado de pessoas honestas, mas as pessoas que pretendem ser honestas o fazem com grau de empenho diferente, e quando se empenham nem sempre conseguem o mesmo sucesso. Será você plenamente honesto/a consigo mesmo/a? Pequenas mentiras são permitidas? E grandes mentiras, se forem destinadas a evitar um mal maior? Talvez Moro pensasse aqui como Kant, para quem a moral correta se define por um princípio categórico. Não é, não. Mas talvez seja defensável o consequencialismo de Stuart Mill, que, como parece razoável, diria que sim — mesmo que nesse caso o universo da moral, por outras razões, ganhe obscuridades. Como decidir?

Talvez nem todo juiz saiba sempre julgar justamente. Aliás, tenho para mim que o bom juiz (não só em assuntos morais) é o que mais seriamente acha possível estar sendo injusto, contra sua própria impressão de justiça. Não vai nenhuma ironia aqui; o juiz Moro tem toda a razão, acho eu, se se refere à determinação de culpa na prática de um ato ilícito. Não tenho dúvida de que levar adiante a ação da Justiça é um bem e admiro sinceramente o talento singular com que ele tem sido capaz de expor o fio do labirinto pelos conluíus entre o poder público e seu financiamento empresarial.

Porém, como a navalha da Justiça corta no mundo político real? Tenho observado que a visão do juiz Moro tem eco no povo. As pessoas, sentindo-se continuamente oprimidas pelos políticos (mas quem os emprega?), tendem muitas vezes a se posicionar diante dos episódios recentes dizendo que “são todos bandidos”. Que protestem, mas isso às vezes ganha fervor inquisitório: o irmão de um colega foi quase linchado por se recusar a dizer, numa fila de banco aqui em Curitiba, que queria o barbudo morto, em coro com os demais que lá estavam. Não era Jesus. Sim, eles seriam, nesse caso, homicidas, e a cada qual cabe uma pena compatível com o crime, e aos homens públicos sobretudo. Mas, diversamente do povo da fila, não podemos saber como cada político delatado meditou moralmente sobre as consequências de seus atos legalmente condenáveis.

17 MAR 2016

Um juízo menos imperfeito exige capacidade de observar uma longa série de ações e consequências que pouca gente possui ao apertar o botão mágico da urna.

Não quero salvar ninguém, muito menos elogiar a moral dos políticos no atacado. O ponto é que entre o corte linear da Justiça e a espessura da vida real pode ocorrer descompasso e paradoxo. Pessoalmente, lamento os erros que conheço da nossa presidente, até aqui principalmente aqueles relativos à política econômica. Vários projetos excelentes, que cresceram na UFPR nos últimos anos, estão morrendo. Mas acho que muitos que estão sorrindo, mesmo sendo vaiados na rua ou citados em delações, não teriam nem sequer a intenção de pensar neles; outros batem em professores e esperam em silêncio que o mar se acalme. Todos eles devem ser igualmente punidos pela lâmina da Justiça e torço muito para que isso nos faça bem. Mas será que devo também esperar pelo messias?

Luiz A. Eva é professor do Departamento de Filosofia da UFPR.

17 MAR 2016

GAZETA DO POVO

Lula desconfiava que estava sendo grampeado, diz Moro

Juiz federal diz em despacho que o sigilo absoluto não server para “diálogos relevantes para investigação de supostos crimes contra a administração pública”

| Katna Baran

● No despacho em que suspende o sigilo das interceptações telefônicas que envolvem diálogos do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o juiz Sergio Moro justifica que o sigilo absoluto só deve ser mantido “em relação a diálogos de conteúdo pessoal”, mas nunca sobre “diálogos relevantes para investigação de supostos crimes contra a administração pública”.

“Nos termos da Constituição, não há qualquer defesa de intimidade ou interesse social que justifiquem a manutenção do segredo em relação a elementos probatórios relacionados à investigação de crimes contra a Administração Pública”, escreve o magis-

trado. Os pedidos pelas interceptações e de suspensão do sigilo são do Ministério Público Federal (MPF).

No documento, Moro destaca que, pelo teor dos diálogos, é possível constatar que Lula “já sabia ou pelo menos desconfiava” de que estaria sendo interceptado, o que comprometeria a investigação, determinando a interrupção do grampo. O magistrado observa ainda que, pelas conversas, é possível perceber que o ex-presidente tinha conhecimento antecipadamente da deflagração da operação do último dia 4, pela Polícia Federal, em sua casa e no Instituto Lula.

Ao final do despacho, Moro assinala que, como foi divulgado que Lula “teria aceito convite para ocupar o cargo de Ministro Chefe da Casa Civil”, com posse inicialmente marcada para a próxima terça-feira (22), mas antecipada para esta quinta (17), a partir de então, o conteúdo da investigação e seus conexos devem ser encaminhados ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Influência

Ainda no despacho, Moro indica que Lula tentou influenciar ou obter auxílio de autoridades do Ministério Públi-

co ou da magistratura. “Cumpre aqui ressaltar que não há nenhum indício nos diálogos ou fora deles de que estes citados teriam de fato procedido de forma inapropriada e, em alguns casos, sequer há informação se a intenção em influenciar ou obter intervenção chegou a ser efetivada”, ressalta o juiz.

O magistrado cita “alguma influência de caráter desconhecido” junto a Ministra do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, responsável por apreciar a competência de juízo para o caso de Lula. Também teria havido tentativas de influência sobre o presidente do Supremo, ministro Ricardo Lewandowski, contra “imaginária” prisão do ex-presidente.

Moro também escreve que há nas ligações referência ao recém-nomeado ministro da Justiça, Eugênio Aragão. Na gravação, Lula conversa com o ex-ministro de Direitos Humanos Paulo Vannuchi e diz que Aragão deve cumprir “papel de homem” como ministro. “Eu às vezes fico pensando até que o Aragão deveria cumprir um papel de homem (...), porque o Aragão parece nosso amigo, parece, parece, mas tá sempre dizendo ‘olha’”, afirma.

17 MAR 2016

GAZETA DO POVO

● CONSEQUÊNCIAS

Áudio indica obstrução da Justiça

Da Redação

● A conversa telefônica em que Dilma Rousseff diz a Lula que encaminharão “termo de posse” para que ele use “em caso de necessidade” deve trazer sérias complicações para a presidente. O áudio pode ser usado como prova de que a nomeação do ex-presidente para a Casa Civil teve o propósito de beneficiá-lo com o foro privilegiado e, assim, afetar o andamento dos processos judiciais que correm contra ele. Nesse caso, Dilma responderia por crime de responsabilidade.

O artigo 12 da Lei 1079/1950, que trata do assunto, elenca entre as infrações “impedir, por qualquer meio, o efeito dos atos, mandados ou decisões do Poder Judiciário”. Até o fim da tarde desta quarta-feira (16), a falta de provas concretas das intenções de Dilma dificultavam a aplicação da norma.

Para o advogado constitucionalista Ives Gandra Martins, o conjunto de princípios desrespeitados não só resultam na nulidade do ato, como fortalecem o pedido de impeachment. “Só se nomeia alguém porque é competente para fazer, não para fugir de um juiz que está sendo duro em seus julgamentos”.

O professor de direito administrativo da UFPR Rodrigo Kanayama explica que a nomeação de um ministro é um ato político. Para haver a responsabilização da pessoa que nomeia, é preciso que se comprove que ela agiu deliberadamente para a mudança de foro.

Flávio Pansieri, presidente Conselho Fundador da Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst), ressalta que o ato é “questionável sobre a perspectiva de moralidade administrativa e sobre os fins a que se destina essa nomeação”.

A professora de direito administrativo Ana Paula Turra, da pós-graduação do curso Prof. Luiz Carlos, por sua vez, considerou que o ato da nomeação é suscetível à nulidade.

17 MAR 2016

GAZETA DO POVO

Suspensão de sigilo dos grampos é legal, avaliam especialistas

Katna Baran

● O juiz federal Sergio Moro, responsável pelas ações da Operação Lava Jato no Paraná, levantou na tarde desta quarta-feira (16) o sigilo de interceptações telefônicas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). As interceptações vinham sendo feitas desde o dia 19 de fevereiro e foram interrompidas a partir do despacho de Moro.

Entre os áudios juntados na investigação, um deles registra uma conversa entre Lula e a presidente Dilma Rousseff, em que ela avisa que está encaminhando ao petista o documento de posse de Lula como ministro para que ele o use “em caso de necessidade”. A presidente anunciou nesta quarta a posse de Lula como chefe da Casa Civil.

Na avaliação de especialistas, Moro, que atua na primeira instância, possui autoridade para baixar o sigilo da investigação, mesmo que a presidente Dilma — que possui foro privilegiado — esteja envolvida na gravação. “O investigado é o Lula, a presidente é apenas interlocutora”, observa o especialista em Direito Constitucional, Egon Bockmann.

Para ele, a partir da gravação, há prova consistente de que a nomeação de Lula como ministro foi submetida ao juízo dele e não da presidente, o que pode desqualificar a posse do petista. “O juízo da necessidade foi atribuído a ele, não ao serviço público”, diz.

Já o professor de Direito penal Mario Soltoski Junior aponta que a quebra de sigilo pode ser usada como prova, mas diz acreditar, no entendimento, que não houve a prática de crime. “Não passou da ‘cogitatio’ [cogitação] e apenas atos de execução de crimes são punidos.”

Advogado

Também há dúvidas sobre a constitucionalidade da divulgação do diálogo entre Lula e o advogado e empresário Roberto Teixeira, apontado como interceptador da compra do sítio em Atibaia.

Pela lei, interceptações entre advogados e clientes são sigilosas. Moro justifica, em seu despacho, que manteve a conversa disponível porque não há identificação clara dessa relação entre os dois.

Em áudio, Lula diz estar assustado com a “República de Curitiba”

Ex-presidente petista diz em áudios captados pela Polícia Federal divulgados nesta quarta que Judiciário e Legislativo brasileiro estão acovardados

SÃO PAULO
Folhapress

● O ex-presidente Lula disse que as cúpulas dos poderes Judiciário e Legislativo estão “acovardadas” e atacou o que chama de “República de Curitiba” ao criticar a operação Lava Jato em conversa com a presidente da República Dilma Rousseff grampeada pela Polícia Federal. Logo após prestar depoimento à PF na 24ª fase da operação Lava Jato, deflagrada no último dia 4, Lula recebeu ligação de Dilma.

Em seguida, Lula atacou a postura dos tribunais superiores e dos congressistas em relação à Lava Jato. “Nós temos uma Suprema Corte totalmente acovardada, temos um Superior Tribunal de Justiça totalmente acovardado, um parlamento totalmente acovardado. Somente nos últimos tempos é que o PT e o PCdoB começaram a acordar

e brigar”, afirmou o petista.

“Nós temos um presidente da Câmara f*, um presidente do Senado f*, não sei quantos parlamentares ameaçados. E fica todo mundo no compasso de que vai acontecer um milagre e vai todo mundo se salvar”, afirmou Lula.

Lula criticou o juiz federal Sergio Moro, da 13ª Vara Federal em Curitiba. “Estou sinceramente assustado com a República de Curitiba. Porque a partir de um juiz da primeira instância tudo pode acontecer nesse país. Tudo pode acontecer.”

Ele voltou a reclamar da ação da PF autorizada pelo juiz. “Se os canalhas tivessem mandado um ofício, eu teria ido prestar depoimento, como já fui três vezes à Brasília prestar depoimento”, afirma. “O Moro quis fazer um espetáculo antes da decisão daquele negócio que está no Supremo para decidir. Ele precisava fazer um espetáculo de pirotecnia”, continuou o petista na conversa.

Nesse trecho, Lula fez alusão a um pedido da defesa de Lula no Supremo Tribunal Federal (STF) para que todas as investigações sobre o sítio em Atibaia (SP) e o triplex em Guarujá (SP) fossem reunidas em um só inquérito, que estava sob responsabilidade da ministra do STF Rosa Weber.

“Nós temos uma Suprema Corte totalmente acovardada, temos um Superior Tribunal de Justiça totalmente acovardado, um parlamento totalmente acovardado”

Luiz Inácio Lula da Silva, ex-presidente.

REINALDO BESSA

Diagnóstico de Moro

A Academia Paranaense de Medicina, presidida pelo oftalmologista Aristides de Athayde Neto, em conjunto com outras entidades médicas do estado, convidou o juiz Sergio Moro para dar uma palestra no dia 14 de abril, na Associação Médica do Paraná. Ele vai abrir o ciclo de Conferências Magnas da APM. Athayde diz que o interesse da classe em ouvir Moro é grande pelo número de inscrições, tanto da capital, do interior e de estados vizinhos. E, pelo jeito, Moro tem muito a falar, cada vez mais.

17 MAR 2016

GAZETA DO POVO

Dilma repudia retirada de sigilo e diz que irá processar Sergio Moro

● A presidente Dilma Rousseff irá processar o juiz Sergio Moro por retirar o sigilo de conversa telefônica entre ela e o ex-presidente Lula. O aviso foi dado em nota emitida pelo Palácio do Planalto na noite de ontem. No mesmo texto, a presidente repudiou a divulgação da conversa, a qual chamou de "republicana". "Uma vez que o novo ministro não sabia ainda se compareceria à cerimônia de posse coletiva, a presidente encaminhou para sua assinatura o devido termo de posse. Este só seria utilizado caso confirmada a ausência do ministro", diz o texto. O advogado de Lula, Cristiano Zanin Martins, afirmou que a decisão do juiz Sérgio Moro de retirar o sigilo das interceptações telefônicas envolvendo o petista foi uma arbitrariedade.

17 MAR 2016

GAZETA DO POVO

Em meio à crise, STF destrava processo de impeachment

Chico Marés

● Nesta quarta-feira (16), o Supremo Tribunal Federal (STF) “destravou” o processo de impeachment na Câmara dos Deputados. Os ministros mantiveram o rito estabelecido pelo próprio tribunal em dezembro do ano passado. Com isso, os deputados podem recomeçar a instalação da comissão responsável por analisar o processo. Nesses três meses de impasse, porém, o cenário de crise política se agravou de forma drástica. Resta saber até que ponto isso vai afetar o processo.

A grande disputa quanto à decisão sobre o rito do impeachment ficou velha. Na época, líderes dos partidos fizeram suas indicações e escolheram deputados alinhados com o governo para a comissão. A oposição fez uma chapa paralela — composta quase integralmente por oposicionistas. A segunda chapa venceu a votação no Congresso. Entretanto, o PCdoB recorreu ao STF da decisão, e venceu. Agora, cabe aos líderes indicar os deputados.

Neste meio tempo, os principais partidos acordaram em indicar de forma equilibrada. “Há um acordo de líderes para que as indicações sejam proporcionais”, afirma o deputado Ricardo Barros (PP-PR), lembrando que a maioria dos partidos aliados do governo tem alas oposicionistas — e que estes serão respeitados. João Arruda (PMDB-PR) diz que no PMDB todas as correntes terão espaço.

Durante os meses que se passaram, a crise política no Brasil se aprofundou — culminando com a nomeação de Luiz Inácio Lula da Silva como ministro-chefe da Casa Civil. Para o deputado federal Rubens Bueno (PPS-PR), a oposição já tem os 342 votos necessários para instalar o impeachment.

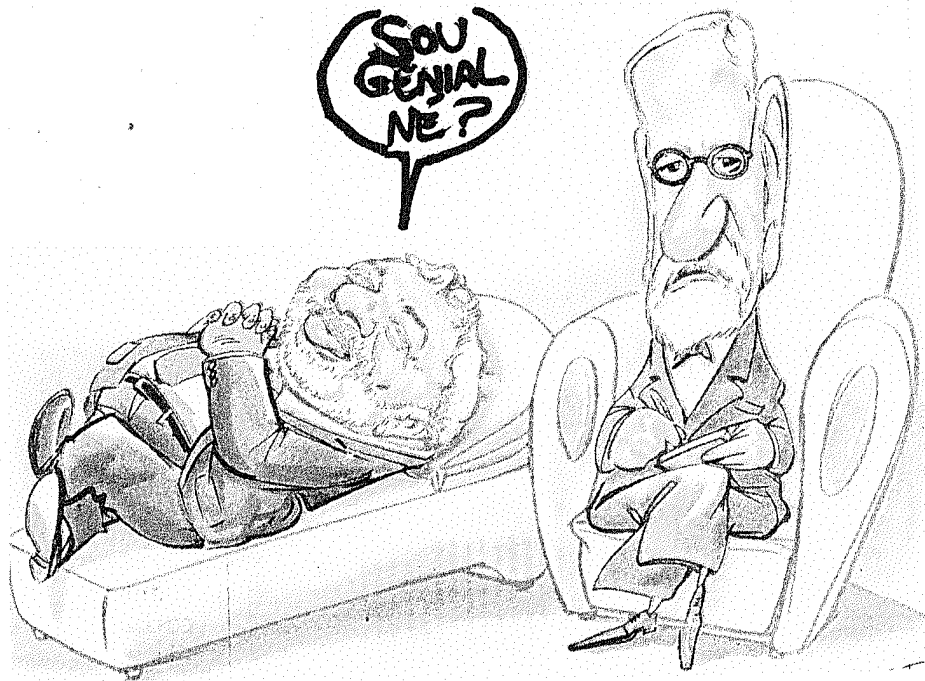
Já Barros minimiza o impacto da pressão popular sobre o Congresso. “O que existe é uma radicalização do Judiciário. O Judiciário é que está tentando conduzir a política, criando um clima de radicalização com vazamentos selecionados em datas específicas”, afirma. Ele diz ainda que a chegada de Lula ao governo deve melhorar a relação do governo com o Congresso. “Ele é um político muito hábil, que tem crédito com os parlamentares”, diz.

Além de definir que caberá aos líderes partidários a indicação da comissão, o STF decidiu, também, que a votação será aberta e que o Senado poderá anular uma eventual decisão da Câmara pelo impeachment. Para Arruda, isso pode ter impacto na decisão dos deputados — votar contra o governo passa a ter risco, caso o Senado anule o processo.

17 MAR 2016

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



17 MAR 2016

GAZETA DO POVO

COLUNA DO LEITOR

MINISTRO DA JUSTIÇA

A situação envolvendo o ministro da Justiça Wellington César Lima e Silva não corresponde com a que vivenciei quando estive à frente da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, ao contrário do que diz o editorial de 15 de março. No meu caso, o que aconteceu foi o julgamento no STF de uma Reclamação, preposta por um sindicato da Polícia Civil de Londrina, que alegava eventual descumprimento da Resolução 05/2006 (posteriormente revogada) do Conselho Nacional do Ministério Público, que proibia seus membros de se afastarem das funções para outras atividades públicas. Além disso, meu caso envolveu uma decisão monocrática do ministro Lewandowski e a discussão ficou restrita à aplicação da referida resolução, e não da Constituição Federal. A Reclamação em questão foi inclusive julgada extinta pelo próprio Lewandowski anos depois. Assim, apesar de aparentemente semelhantes, os casos não são juridicamente iguais.

Luiz Fernando Delazari, ex-secretário de Segurança Pública do Paraná

CELSO NASCIMENTO

Desiste?

Correm rumores de que Richa estaria propenso a não mais se candidatar ao Senado. A desaprovação média de quase 80% já é considerada irreversível, o que colocaria em risco sua eleição.

Derrota

O presidente do Tribunal de Contas, Ivan Bonilha, ia colocar em votação na sessão plenária de hoje o projeto de redução de 11 para 7 o número de procuradores do Ministério Público de Contas. Não vai mais: ontem à noite o desembargador Luiz Carlos Xavier concedeu liminar para impedir a votação da matéria.

17 MAR 2016

JORNAL DO ÔNIBUS

Moro divulga grampo de ligação entre Lula e Dilma



Ex-presidente estava
“grampeado” pela Polícia Federal

O juiz Sérgio Moro retirou nesta quarta-feira (16) o sigilo de interceptações telefônicas do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. As conversas gravadas pela Polícia Federal incluem diálogo desta quarta com a presidente Dilma Rousseff, que

o nomeou como ministro chefe da Casa Civil.

No despacho em que libera as gravações, Moro afirma que, “pelo teor dos diálogos degava- dos, constata-se que o ex-Presidente já sabia ou pelo menos desconfiava de que estaria sendo interceptado pela Polícia

Federal, comprometendo a espontaneidade e a credibilidade de diversos dos diálogos”.

Moro afirma, ainda, que alguns diálogos sugerem que Lula já sabia das buscas feitas pela 24ª fase da Operação Lava Jato no início do mês. ●

17 MAR 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

NOSSA OPINIÃO

O fim de um projeto de poder

Não importa se foi pra salvar o governo, a economia, o seu partido ou a própria pele. Pegou muito mal pra Lula virar ministro. Ainda mais da forma como aconteceu, com posse através de documento secreto, Diário Oficial extra e gravações telefônicas comprovando que tudo aconteceu especialmente para livrar o ex-presidente das garras do juiz Sérgio Moro.

Ao telefone, em interceptações legais, Lula chamou de covardes ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Garganteou que tanto o presidente do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, estão “fodidos”. E que está assustado com o que chamou de “República de Curitiba”.

Manchou com a tinta da culpa, independente de investigação ou julgamento, sua já puída biografia. E decretou, sem salvaguarda alguma, o fim de uma administração federal que nunca deu mostras claras de ter começado. Sua figura dentro do Planalto desmonta de vez a de Dilma Rousseff. Que, se alguma honra tivesse, renunciaria ao mandato presidencial imediatamente.

Luiz Inácio assume o principal ministério no pior momento político da história da nação. Com vários integrantes do governo central, outros de segundo escalão e base de apoio no legislativo, sob a firme mira da lei. Alguns denunciados, outros sendo investigados e alguns já condenados a partir do maior esquema de corrupção já descoberto nessas bandas.

Pro povo, além da pecha de culpado nos escândalos nos quais está envolvido, fica a áurea de covarde. Pois se ele ganha foro privilegiado, sua esposa e filhos permanecem embarcados no pedalinho, em rota de colisão com a operação Lava Jato.

Terá ele coragem de enfrentar a opinião pública, caso precise estacionar o carro oficial da Casa Civil em frente a um presídio, pra visitar sua família?

Lula é, sem dúvida alguma, um az da política. Governou por oito anos fazendo uso de programas e estratégias que o transformaram num mito, mas deixaram uma bomba armada. Que estourou no colo da sucessora que ajudou a eleger. E que demonstrou grande incompetência pra gerir o país.

Seus projetos assistencialistas, bancados com chapéu alheio e sustentados por impagável crédito, tiraram muita gente da pobreza, sem dúvida, mas levaram o Brasil à bancarrota. Por isso, embarcar no barco agora, pra afundar junto, talvez possa ser entendido como um gesto de bom caráter. É a única interpretação livre de alguma mácula.

O poder evaporou. A moral acabou. O castelo do PT desabou.

17 MAR 2016

TRIBUNA DO PARANÁ

ENTRARAM NA JUSTIÇA!

Oposição quer barrar Lula

O líder do PV no Senado, Alvaro Dias (PR), entrou ontem com uma ação popular na Justiça Federal de Brasília para barrar a nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de ministro da Casa Civil. No pedido, o senador alega que Lula se vale de um "expediente maroto" para garantir um foro privilegiado perante o Supremo Tribunal Federal (STF) e deixar de ser investigado pelo juiz federal Sérgio Moro, de Curitiba, responsável pelas decisões da Operação Lava Jato. Além do PV, parlamentares do DEM prepararam uma enxurrada de ações populares nas 27 unidades da federação com o mesmo objetivo. O presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG), também estuda tomar providências judiciais em relação à nomeação do ex-presidente. Partidos de oposição apostam na pressão das ruas sobre os parlamentares para tentar impedir que o ingresso de Lula no Palácio do Planalto reverta a atual crise política e esfrie os ânimos favoráveis ao impeachment.

A entrada de Lula no governo é tida como a "bala de prata" do Planalto para reaglutinar a base aliada, destravar a relação com o Congresso e impedir o impeachment da presidente Dilma Rousseff.

"SINAL DE DESESPERO"

O líder do PPS na Casa, Rubens Bueno (PR), disse que o gesto da presidente Dilma entregou o governo de bandeja para Lula. "Ela está dizendo que não quer mais governar. Está entregando o governo num último suspiro", afirmou o deputado, para quem a nomeação de Lula é sinal de desespero. Para o líder do PSDB na Câmara, Antonio Imbassahy (BA), "a nomeação do ex-presidente Lula para a Casa Civil é um tapa na cara da sociedade que foi às ruas pedir o

fim do governo Dilma e apoiar a Operação Lava Jato". "É um governo que não tem mais nenhuma serventia ao País, apenas ao PT, Lula e Dilma. O Estado brasileiro, depois de ter sido tomado de assalto nestes últimos 13 anos para abastecer os cofres de um projeto político, está sendo transformado em refúgio de investigados. Isso é inadmissível", declarou.

NADA MUDA...

O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem manter o rito do impeachment definido no julgamento de dezembro do ano passado. Nove dos 11 ministros optaram por acompanhar o ministro relator, Luís Roberto Barroso, e rejeitar o recurso apresentado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Cunha questionava a proibição de os deputados poderem se candidatar em chapa avulsa para integrar a comissão especial que deverá analisar o pedido contra a presidente Dilma Rousseff na Câmara.

17 MAR 2016

BEMPARANÁ

Alvaro vai à Justiça para barrar nomeação

O líder do PV no Senado, Alvaro Dias, entrou por volta das 12h30 de ontem, com uma ação popular na Justiça Federal de Brasília para barrar a nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para o cargo de ministro da Casa Civil. No pedido, o senador alega que Lula se vale de um "expediente maroto" para garantir um foro privilegiado perante o Supremo Tribunal Federal (STF) e deixar de ser investigado pelo juiz federal Sérgio Moro, de Curitiba, responsável pelas decisões da Operação Lava Jato.

Além do PV, parlamentares do DEM preparam uma enxurrada de ações populares nas 27 unidades da Federação com o mesmo objetivo. O presidente do PSDB, senador Aécio Neves (MG), também disse que estuda tomar providências judiciais em relação à nomeação do ex-presidente.

Para Dias, a presidente Dilma Rousseff deveria se abster de nomear uma pessoa ministro de Estado caso esteja ciente de que paira a suspeita de prática de corrupção dela fora do governo. Ele argumentou na ação que Dilma precisa ter responsabilidade sobre os efeitos de decisões que vai tomar.

"Efetivamente não há justificativa plausível capaz de nortear a nomeação do ex-presidente Lula para integrar o primeiro escalão do governo da presidente Dilma Rousseff. É ostensivamente uma manobra política para blindar o ex-primeiro mandatário", disse.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

GILMAR MENDES CONSIDERA NOMEAÇÃO DE LULA INTERVENÇÃO NA JUSTIÇA

O ministro Gilmar Mendes, do STF, considerou ontem que a nomeação de Lula para a Casa Civil representa "grave interferência" política no processo judicial. Para o ministro, o STF deve avaliar se, com a indicação, Lula passa a ter ou não foro privilegiado. "Acho que é um assunto de preocupação para o tribunal. Imagina se a presidenta da República decide nomear um desses empreiteiros que está preso lá em Curitiba como ministro dos Transportes ou de Infraestrutura. Passamos a ter uma interferência muito grave no processo judicial. Precisamos limitar as coisas", afirmou Mendes.

FÁBIO CAMPANA

Moro na política

O ex-secretário Nacional Antidrogas do governo Fernando Henrique Cardoso, Walter Maierovitch está entre aqueles que não descarta uma carreira política para Moro. Os manifestantes que foram às ruas nesse domingo e gritavam em apoio ao juiz Sérgio Moro sinalizam que uma eventual candidatura teria apelo junto aos eleitores. Afinal, Moro encarna a palavra de ordem: "Diferente de tudo que está aí".

Exemplo italiano

Maierovitch lembra que foi esse o caminho percorrido pelo promotor Antonio di Pietro na Itália. Ele ficou célebre com a operação Mãos Limpas, largou o serviço público e foi senador de 1997 a 2001. Fundou o partido de esquerda Itália dos Valores, em 2000. Hoje é deputado, eleito por uma frente de partidos chamada Revolução Civil. No Brasil, no caso de Moro, nas redes sociais, há centenas de posts defendendo que Moro entre na política e seja candidato. Mas o juiz brasileiro nega de forma veemente essa possibilidade.

17 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

STF mantém rito do impeachment

Isadora Peron, Gustavo
Aguiar e Beatriz Bulla
Agência Estado

Brasília - O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu ontem manter o rito do impeachment definido no julgamento de dezembro do ano passado. Nove dos 11 ministros optaram por acompanhar o ministro relator, Luís Roberto Barroso, e rejeitar o recurso apresentado pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Barroso foi acompanhado pelos ministros Rosa Weber, Luiz Fux, Teori Zavascki, Cármen Lúcia, Marco Aurélio Mello, Celso de Mello, Luiz Edson Fachin e Ricardo Lewandowski, que preside a Corte. Os ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes discordaram, no entanto, da tese adotada pela maioria.

Cunha questionava a proibição de os deputados poderem se candidatar em chapa avulsa para integrar a comissão especial que deverá analisar o pedido contra a

presidente Dilma Rousseff na Câmara. No julgamento do ano passado, o STF anulou o colegiado que havia sido formado e decidiu que apenas parlamentares indicados pelos líderes dos blocos partidários poderiam compor o colegiado.

O presidente da Câmara também defendia mudar a decisão o rito definido no julgamento de dezembro para garantir que a eleição dos integrantes da comissão fosse feita por voto secreto. Além disso, Cunha pedia revisão do Supremo ao poder dado ao Senado, que pode negar a abertura do processo de impeachment mesmo que a Câmara já tenha autorizado.

O julgamento foi acompanhado por deputados da oposição. A maioria deles deixou o plenário logo após a maioria da Corte votar pela rejeição do recurso. Logo no início da sessão, manifestantes pró-impeachment haviam promovido uma queima de fogos em frente ao Tribunal.

INFORME

Votação do impeachment em até 60 dias

Vice-líder do governo Dilma Rousseff (PT) na Câmara e, ao mesmo tempo, prestes a assumir uma das principais secretarias de Beto Richa (PSDB) no Paraná, a do Planejamento, o deputado federal Ricardo Barros (PT) disse que após o Supremo Tribunal Federal (STF) definir os embargos sobre o rito do impeachment da petista, a Casa poderá instalar e eleger a comissão processante. Em seguida, Dilma terá um prazo para defesa e, só então, o voto irá a plenário. "Acredito que em 45 dias ou 60 dias a Câmara estará votando sim ou não no processo de impeachment", afirmou. Para Barros, o povo "deu um recado muito claro" nas manifestações do último domingo. O parlamentar negou, contudo, que a governabilidade esteja em risco, apesar da baixa popularidade da presidente.

17 MAR 2016

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Bens bloqueados

A Justiça de Formosa do Oeste (Oeste), atendendo a pedido do Ministério Público (MP), determinou a indisponibilidade dos bens de nove réus em ação civil pública ajuizada por fraude em licitação ocorrida em 2003. Entre os réus, está o então prefeito Shiguemi Kiara. O MP apontou que houve simulação na realização do procedimento licitatório para compra e instalação de aparelhos de ar-condicionado em prédio municipais. Além disso, segundo a ação, os serviços não foram prestados, mas foram pagos. A indisponibilidade de bens, decretada liminarmente, atinge o montante de R\$ 936 mil.

'Japonês da federal'

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou parcialmente o recurso do agente da Polícia Federal no Paraná Newton Ishii e manteve a sentença da Justiça Federal no Paraná que o condenou por corrupção e descaminho, ao facilitar a entrada no Brasil de produtos contrabandeados do Paraguai. Ishii, que ficou conhecido como "japonês da federal" ao escoltar presos e investigados da Lava Jato e até ganhou marchinha de carnaval, foi um dos 19 policiais federais alvos da Operação Sucuri, deflagrada em 2003 para apurar um esquema formado por agentes da PF e da Receita Federal que facilitava o contrabando de produtos ilegais na fronteira com o Paraguai em Foz do Iguaçu. A defesa do agente alega que ele foi condenado a pagar apenas cestas básicas e informou que já recorreu da decisão do STJ. Ishii responde a três processos, derivados da Operação Sucuri, sendo um na esfera criminal, outro administrativo e um terceiro por improbidade administrativa. Todos estão em andamento.

17 MAR 2016

METRO

STJ

Curitibano é nomeado

O desembargador federal Joel Ilan Paciornik (foto) foi nomeado ontem pela presidente Dilma Rousseff (PT) para o cargo de ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça). O curitibano atuava desde 2006 no TRF4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região). Paciornik disputou a indicação para o STJ por três vezes consecutivas até conseguir a vaga. Ele é formado pela Faculdade de Direito de Curitiba e fez mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



Justus: atraso no andamento do processo não interrompe prazo de prescrição da pena.
Diários Secretos

Ação criminal dos Diários Secretos contra Justus completa um ano parada

Denúncia foi proposta pelo Ministério Público em fevereiro de 2015, mas prazo de defesa prévia não foi cumprido e prescrição não foi interrompida

O descumprimento de um prazo de defesa, que deveria ser de 15 dias, fez uma

CONTINUA

17 MAR 2016

CONTINUAÇÃO GAZETA DO POVO

denúncia criminal contra o deputado estadual Nelson Justus (DEM) ficar parada na Justiça por um ano. Em 12 de fevereiro de 2015, o Ministério Público do Paraná protocolou uma ação – contra o parlamentar e mais 31 pessoas – no Tribunal de Justiça (TJ). Justus foi notificado, no dia 23 de março do ano passado, para que apresentasse os argumentos prévios. Mas só depois que a reportagem da **Gazeta do Povo** entrou em contato com a assessoria jurídica do deputado, no dia 16 de fevereiro de 2016, questionando a demora na entrega do documento, é que a defesa foi apresentada.

O atraso tem consequências. Em segunda instância, como é o caso de ações que correm no TJ – o prazo de prescrição (perda do poder de punir) só é interrompido quando a ação é efetivamente recebida pela Justiça, o que só ocorre depois da apresentação da defesa prévia. Sendo assim, mesmo tendo sido protocolada há mais de

CONTINUA

CONTINUAÇÃO GAZETA DO POVO

um ano, a ação ainda não suspendeu a prescrição dos crimes supostamente cometidos pelo deputado.

17 MAR 2016

A lei não estabelece nenhum tipo de sanção caso os 15 dias para a apresentação de defesa não sejam cumpridos. Meses depois do vencimento do prazo, o TJ mandou notificar novamente Justus, informando que o advogado não havia apresentado a defesa e que ele nomeasse um novo defensor. Mas o deputado manteve o mesmo advogado, que protocolou os documentos no TJ no dia 1º de março. A manobra fez a defesa “ganhar” um ano de prazo. Outro fator relacionado ao tempo também corre a favor do parlamentar: Justus tem 68 anos e, ao chegar aos 70, os prazos de prescrição caem pela metade.

Veja também

- . Processo contra Justus está oculto no TJ
- . Gabinete de Justus chegou a custar R\$ 1 milhão por mês

CONTINUA

17 MAR 2016

CONTINUAÇÃO GAZETA DO POVO

- . Funcionários de Justus não trabalhavam para a Assembleia
- . Aliado de Justus fazia saques a jato na boca do caixa
- . Salários da Alep eram usados para comprar carros em cash
- . Servidor não sabia dizer suas funções na Assembleia
- . Bibinho completa um ano na prisão
- . Saiba mais sobre o escândalo dos Diários Secretos

Entenda o caso

Série Diários Secretos completa 6 anos

Trabalho jornalístico da Gazeta do Povo e da RPC revelou esquema milionário de desvio de recursos públicos da Assembleia Legislativa

Leia a matéria completa

Presidente da Assembleia Legislativa à época em que a série Diários Secretos veio à tona, Nelson Justus é acusado pelo

CONTINUA

17 MAR 2016

CONTINUAÇÃO GAZETA DO POVO

Ministério Público de estar à frente de um esquema de uso de funcionários fantasmas para desviar dinheiro. A ação criminal protocolada detalha que núcleos familiares foram contratados no gabinete da presidência e que muitas dessas pessoas não trabalhavam para a Assembleia nem sabiam dizer que funções desempenhavam.

A investigação também mostrou que os saques nas contas dos funcionários aconteciam, em frações de segundo, sequenciais, no posto bancário instalado na própria Assembleia. Sempre as mesmas pessoas retiravam o dinheiro. Os promotores também identificaram que alguns patrimônios, como carros, eram comprados em cash. Os gastos com salários no gabinete da presidência chegavam a R\$ 1 milhão por mês. O ex-diretor-geral da Assembleia Abib Miguel, o Bibinho, também é citado na denúncia, por falsidade ideológica.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

17 MAR 2016

Outro lado

GAZETA DO POVO

A reportagem entrou em contato com a defesa de Nelson Justus, conduzida pelo advogado Roberto Brzezinski Neto, em fevereiro, mas não obteve resposta. Em contato com a assessoria de imprensa do parlamentar, no início de março, o retorno foi de que “todos os procedimentos estão sendo tomados pelos advogados do deputado, e que o mesmo, não vai se manifestar sobre o caso.”

Processo com 31 réus foi desmembrado e está correndo

A Justiça decidiu desmembrar a ação proposta pelo Ministério Público e a acusação contra 31 réus citados na investigação passou a correr na 5.^a Vara Criminal de Curitiba. Foi mantida no TJ apenas a denúncia contra o deputado, que tem foro privilegiado. O andamento contra os demais acusados está bem mais rápido do que a ação no Tribunal. Todos já foram citados e apresentaram defesa prévia. É que

CONTINUA

17 MAR 2016

CONTINUAÇÃO

GAZETA DO POVO

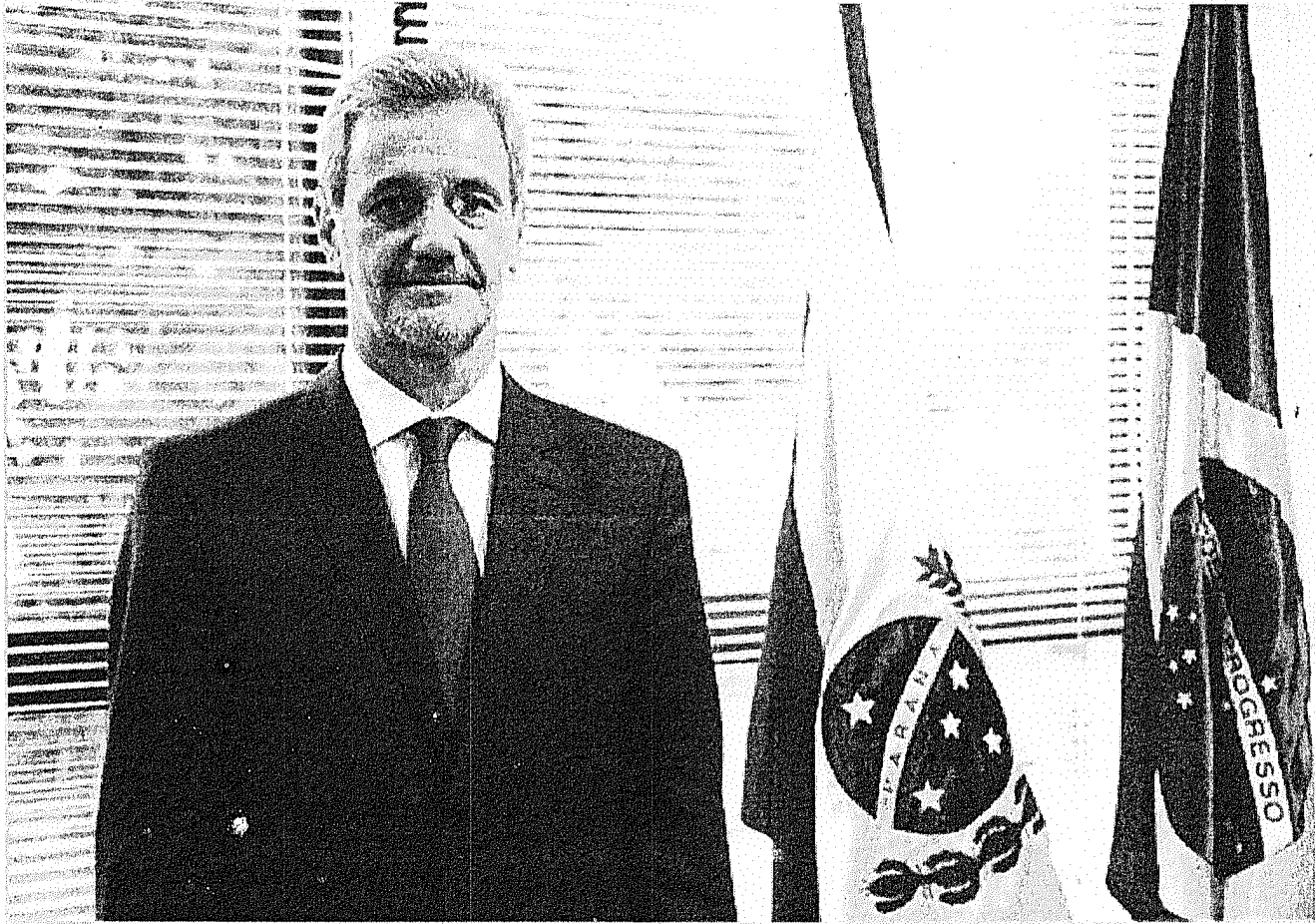
na primeira instância a interrupção do prazo de prescrição não depende da apresentação dos argumentos iniciais da defesa.

As ações correm em segredo de Justiça e no site do TJ o processo está oculto, sem permissão de consulta do andamento.

Paraná Portal 17 MAR 2016

Publicado 15 de março de 2016 às 20h05

Beto Richa nomeia novo procurador-geral de Justiça



Do MPPR

O procurador de Justiça Ivonei Sfoggia foi nomeado nesta terça-feira, 15 de março, pelo governador Carlos Alberto Richa, para o cargo de procurador-geral de Justiça. Ele foi o candidato mais votado na eleição realizada nesta segunda (14) pelos membros

CONTINUA

do Ministério Público do Paraná, recebendo 473 votos. Também integraram a lista tríplice o procurador de Justiça Cláudio Rubino Zuan Esteves, que recebeu 284 votos, e a promotora de Justiça Fernanda Nagl Garcez, que teve 274 votos.

A lista tríplice foi encaminhada ao governador do Estado logo após a votação, ainda na segunda-feira, e o decreto de nomeação foi assinado na tarde desta terça-feira, pelo governador Beto Richa, na presença do procurador-geral de Justiça, Gilberto Giacoia. “Na linha dos princípios defendidos pela Instituição, enaltece-se mais uma vez a decisão governamental que, reconhecendo a importância republicana do Ministério Público, prestigia a vontade e orientação de seus integrantes no Estado do Paraná, chancelando o nome mais votado para o comando institucional, na condição de procurador-geral de Justiça, neste próximo biênio”, ressaltou Giacoia. A cerimônia de posse do novo procurador-geral será realizada no dia 8 de abril, no Museu Oscar Niemeyer.